



## Advogados e consultores ganham com privatizações e falências dos anos da troika P18



18 Diário Económico Quinta-feira 15 Maio 2014



## DESTAQUE OS DIAS DA 'TROIKA'

# Advogados e consultores ganham com privatizações e falências dos anos da troika

'Troika' Ajustamento criou novas oportunidades de negócio para advogados e consultores, em áreas como privatizações, reestruturações e insolvências. Mas as receitas caíram com a crise.

Filipe Alves

filipe.alves@economico.pt

Ambrose Bierce escreveu em tempos que "as calamidades são de duas espécies: a desgraça que nos acontece e a sorte que acontece aos outros". Mas será esta máxima do sardónico escritor aplicável aos escritórios de advogados, bancos de investimento e consultoras que durante o resgate da 'troika' tiveram novas oportunidades de negócio em Portugal?

As opiniões dos advogados, banqueiros e consultores ouvidos pelo Diário Económico diferem. Se uns admitem que o período do ajustamento trouxe grandes oportunidades para estes sectores, outros salientam que os novos negócios - como as privatizações, reestruturações e insolvências de empresas - nem sempre compensaram a forte quebra da actividade registada noutras áreas, que conduziu a uma descida dos honorários e preços praticados.

"Para a advocacia de negócios, a actividade económica é mais relevante do que a saúde da economia. Nessa medida, e pese embora os enormes custos sociais impostos ao país, o modelo de ajustamento gerou oportunidades de trabalho relevantes", disse João Vieira de Almeida, 'managing partner' do escritório de advogados Vieira de Almeida e Associados.

Para as sociedades de advogados, entre as oportunidades que surgiram com o resgate internacional encontra-se o vasto programa de privatizações (EDP, REN, ANA, Caixa Seguros, CTT e EGF, entre outras), que gerou um encaixe de 8,7 mil milhões de euros para o Estado e proporcionou elevadas comissões para os respectivos assessores jurídicos e financeiros. Firms como Morais Leitão (MLGTS), Vieira de Almeida,



João Vieira de Almeida, 'managing partner' da VdA, diz que as firmas têm procurado "maximizar as oportunidades e minimizar as quebras".



José Alves, presidente da PwC Portugal, salienta que, apesar das novas oportunidades, as auditoras e consultoras sofreram com a recessão.



José Luís Arnaut, 'managing partner' da CMS RPA, afirma que o "ajustamento foi transversal a toda a sociedade", apesar de "novas oportunidades em várias áreas".



Diogo Leônidas Rocha, sócio da Garrigues, afirma que as privatizações do memorando da 'troika' não trouxeram para o sector o volume de trabalho esperado.



Carlos Lucena, sócio da Telles de Abreu, realça que os escritórios de média dimensão não beneficiaram das oportunidades dos grandes e que viram os honorários descer.

PLMJ, Abreu, Uriá, Linklaters e CMS RPA, entre outras, têm-se destacado na assessoria a estas operações, quer do lado do Estado, quer dos concorrentes portugueses e estrangeiros.

"Este raciocínio está certo. Como está, também, a constatação de que a crise resultou em quebras muito significativas de trabalho e receita em determinados sectores. Maximizar as oportunidades e minimizar as quebras foi precisamente o exercício principal das firmas nos últimos anos. O resultado desse exercício, fruto de medidas de gestão muito diversas, não terá eventualmente sido igual para todos", acrescentou João Vieira de Almeida.

Já José Luís Arnaut, 'managing partner' da sociedade de advogados CMS RPA, sublinhou que o ajustamento foi "transversal a toda a sociedade e a todos os respectivos segmentos". "O refreamento da economia não deixou de fora a advocacia", lembrou. "Apesar de eventualmente terem surgido novas oportunidades profissionais em várias áreas, isso aconteceu em detrimento de outras que outrora tinham grande relevância", realçou o advogado, cujo escritório participou nas operações de privatização da REN e da ANA.

Também Diogo Leônidas Rocha, sócio da Garrigues, defendeu que as privatizações "não trouxeram o volume de trabalho que se poderia pensar, sendo que existe grande pressão ao nível dos honorários".

Já para os escritórios de média dimensão, as principais oportunidades geradas durante o programa de ajustamento estiveram relacionadas com processos de reestruturação e insolvências de empresas. Mas também aqui os honorários estão sob pressão. "Um incremento de trabalho nalgumas

áreas, como, por exemplo, do direito laboral ou nas reestruturações societárias, não significa necessariamente um benefício efectivo de facturação", defendeu Carlos Lucena, sócio da Telles de Abreu.

"Esses trabalhos têm geralmente na base clientes empresariais a atravessar graves problemas financeiros, incapazes de pagar os honorários cobrados no passado e que acabaram por obrigar a uma redução dos preços praticados, com o consequente reflexo na facturação", frisou Carlos Lucena.

Adiantou que o aumento no volume de trabalho em algumas áreas "não significou necessariamente um correspondente incremento na facturação".

### Audidores inspeccionam balanços dos bancos

O programa de ajustamento gerou também oportunidades para auditores e consultores. As chamadas 'big four' da auditoria - PwC, EY, KPMG e Deloitte - participaram nas sucessivas inspecções ordenadas pelo Banco de Portugal aos activos dos oito maiores bancos nacionais. Tiveram ainda mais receitas em áreas como consultoria fiscal e assessoria a reestruturações de empresas. Mas também aqui os honorários desceram.

"Sendo certo que a crise, e neste caso o programa de ajustamento, trouxe oportunidades e novos negócios, também é verdade que, a actividade mais tradicional sofreu uma retracção significativa, nomeadamente nas áreas de consultoria e pela via da redução dos preços, em todas as áreas", sublinhou José Alves, presidente da PwC Portugal. "Por outro lado, a crise trouxe também uma pressão para a descida dos salários, pressão essa que ainda não se materializou na totalidade", acrescentou o mesmo responsável. ■

### CONCESSÃO DOS TRANSPORTES



## Crise quase

Privatizações e emissões de dívida de empresas para investidores de retalho ajudaram a mitigar efeitos da crise.

Tal como os advogados e os consultores, os bancos de investimento tiveram nos anos da 'troika' oportunidades acrescidas nas privatizações. Mas os banqueiros contactados pelo Diário Económico salientam o impacto profundamente negativo que a recessão teve sobre o mercado de capitais português e sobre a capacidade de financiamento das empresas.

"Acho difícil dizer que os bancos de investimento tenham sido beneficiados com a crise e



Paulo Alexandre Coelho

**A PRIVADOS, O PRÓXIMO GRANDE NEGÓCIO**

A próxima grande operação para os escritórios de advogados – depois da privatização da EGF, neste momento já decorre a fase para a entrega de propostas não vinculativas – será a concessão a privados das empresas de transportes públicos. A intenção do Governo é lançar o concurso até ao final do mês de Junho. Mas no caso da Carris e do Metropolitano, o Executivo espera que a Câmara de Lisboa entregue uma proposta quanto à passagem da gestão destas empresas para o município.



## 'congelou' banca de investimento

com o programa de ajustamento”, frisa Joaquim Saldanha e Souza, presidente-executivo do Caixa BI. “Antes pelo contrário, dado que com a desalavancagem do sistema financeiro e das empresas e a destruição de riqueza nos grupos nacionais – principais clientes dos bancos de investimento nacionais – o potencial de geração de negócios e de volumes de transações financeiras da economia se reduziu bastante”, salienta o presidente do banco de investimento da CGD.

O responsável reconheceu que “durante o período de ajustamento houve aumento de negócio relacionado com privati-



“Não se pode dizer que os bancos de investimento tenham sido beneficiados com a crise e com o ajustamento, antes pelo contrário”, diz Joaquim Souza.



“O mercado de 'equity capital markets' não existiu entre 2008 - IPO da EDP Renováveis - e Dezembro de 2013 - IPO dos CTT”, afirma Manuel Ferreira da Silva.

zações, mas esse aumento é ‘one off’ e não se vai repetir”, lembra. Por sua vez, Manuel Ferreira da Silva, presidente do BPI Investimento, refere que áreas como fusões e aquisições, mercado de capitais e corretagem sofreram muito com a recessão.

“Houve, no entanto, duas áreas que estiveram mais fortes durante o período de ajustamento: uma foi a de ‘corporate retail bonds’, em 2012, em que o BPI esteve particularmente activo, em resultado do «fecho» do mercado de capitais internacional para os grandes emissores portugueses. Outra foi a das privatizações em 2011 e 2012”, referiu. ■ F.A.

## QUEM GANHOU COM O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO

### Advogados ganham com privatizações

Os principais escritórios de advogados nacionais tiveram um aumento considerável de actividade relacionada com privatizações durante a vigência do programa de ajustamento da ‘troika’, que incluiu a venda das participações do Estado em empresas como a EDP, REN, Caixa Seguros (da CGD), ANA (concessão) e EGF, entre outras

operações. Também a favorecer os escritórios de média e grande dimensão esteve o aumento dos processos de reestruturação e insolvência de empresas.

**8,7 mil milhões**

**Encaixe do Estado nas privatizações**

### Receitas das ‘big four’ sobem 7% em 2013

As principais auditoras e consultoras também ganharam novas oportunidades com a crise. Entre estas oportunidades destacam-se as sucessivas inspecções pedidas pelo Banco de Portugal aos activos dos principais bancos portugueses, a assessoria ao Governo em temas fiscais e a avaliação de activos do Estado, a par de outros ‘dossiers’. Apesar da quebra

de receitas em algumas áreas, com a crise, as ‘big four’ da auditoria (Deloitte, KPMG, PwC e EY) tiveram em Portugal receitas de 321 milhões em 2013, mais 7% que em 2012.

**321 milhões**

**Receitas das ‘big four’ em 2013**

### Gaspar e Arnaut em cargos internacionais

O programa de ajustamento assistiu à ascensão do titular da pasta das Finanças, Vítor Gaspar. Ilustre desconhecido antes do pedido de resgate à ‘troika’, em 2011, Vítor Gaspar assumiu um papel de primeiro plano na execução do programa acordado com a ‘troika’, sendo visto como o rosto da austeridade e o primeiro representante dos credores internacionais. A sua saída prematura do Governo permitiu-lhe regressar à sua carreira

internacional, ao ser nomeado para director do departamento de assuntos orçamentais do FMI, com currículo reforçado. Outro vencedor foi o advogado e militante social-democrata José Luís Arnaut, que foi convidado para o conselho consultivo internacional do banco norte-americano Goldman Sachs. A escolha foi fortemente criticada pelo PS já que o ex-ministro interveio em privatizações como a dos CTT, em que o banco é accionista.

### Angolanos reforçam na banca e ‘telecoms’

Isabel dos Santos tem sido, juntamente com a petrolífera Sonangol, o rosto do investimento angolano em Portugal. Nos últimos anos, aproveitando as oportunidades de investimento propiciadas pelo programa de ajustamento, a empresária filha do Presidente da República de Angola tem reforçado os seus investimentos em Portugal, com a compra de uma partici-

pação de referência na Zon e posterior fusão com a Optimus, da Sonae. Na banca, investiu no BPI e pretende reforçar no BIC, com a compra dos 25% que estão nas mãos de Américo Amorim.

**500 milhões**

**Investimento de Isabel dos Santos na Zon**

### Chineses investem na EDP e na REN

Os grupos chineses foram, até à data, os grandes vencedores do programa de privatizações lançado no âmbito do programa de ajustamento. A China Three Gorges (CTG) e a China State Grid tornaram-se os principais accionistas da EDP e da REN, respectivamente, assumindo papéis de destaque em duas empresas estratégicas. O interesse chinês não se fica, porém, pela energia: também o imobiliário e outras áreas

têm merecido o interesse de investidores do Império do Meio, que vêem em Portugal uma oportunidade para entrar no mercado europeu. Portugal já atribuiu 772 vistos gold - 612 a cidadãos chineses -, o que representa um investimento de 464 milhões de euros.

**2,7 mil milhões**

**Investimento chinês na EDP**